



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 26/XVI/1

Aprova o Orçamento do Estado para 2025

Proposta de Aditamento

ANEXO I

(a que se refere o artigo 7.º)

28-A (novo)	Transferência de verbas de dotação do Ministério das Finanças a favor da Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. necessárias à concretização do investimento no novo Hospital do Algarve, num modelo de construção e de gestão integralmente público, com a atribuição de €9.000.000 destinados à revisão do programa funcional e elaboração dos projetos de execução de arquitetura e especialidades necessários à sua construção, num montante de investimento total que se estima em €300.000.000, incluindo equipamento;
-------------	---

Assembleia da República, 11 de novembro de 2024

Os Deputados,

Paula Santos, António Filipe, Alfredo Maia

Nota justificativa:

O Hospital Central do Algarve é um elemento fundamental para a melhoria dos cuidados de saúde prestados à população residente e aos turistas, nacionais e estrangeiros, que visitam a região algarvia.

São inúmeras as declarações, os anúncios, as votações e iniciativas sobre a construção do Hospital Central do Algarve e, apesar de este hospital ter sido considerado uma

prioridade por sucessivos governos, a realidade é que a construção desta infraestrutura de saúde continua sendo sucessivamente adiada.

Ano após ano o PCP não tem deixado de tomar iniciativa sobre esta prioridade para os cuidados de saúde no Algarve, ao lado das populações, no sentido que avance a construção do hospital. PS, PSD e CDS, que têm tido o poder de decisão, ainda não o fizeram.

Vem agora o governo PSD/CDS, mais uma vez mostrar intenções de pegar no tema, mas só se for com recurso a PPP para a sua construção (posição igual ao do anterior governo PS) e também para a sua gestão.

O PCP, dando cumprimento aos compromissos assumidos com as populações da região algarvia, propõe que o processo de construção do Hospital Central do Algarve seja finalmente contemplado no Orçamento do Estado de 2025, salvaguardando o modelo integralmente público para a sua construção e gestão.

